



A PROMOÇÃO DE ALUNOS DO JARDIM DE INFÂNCIA DO GRUPO ESCOLAR BARÃO DE CEARÁ-MIRIM E A GESTAÇÃO DE UM ARQUIVO (1956-1961)¹

Iury Gabriel Amorim de Araújo ²
Paulo Basílio de Alcântara ³

RESUMO

As promoções de alunos realizadas ao fim de cada ano letivo nos Grupos Escolares brasileiros caracterizavam-se como um dos aspectos marcantes de suas dinâmicas institucionais. Tais práticas eram marcadas, por sua vez, pelos atos de apresentar e registrar o resultado de tais avaliações. Eram procedimentos de intenção comprobatória do serviço prestado pela escola. Visto isso, este artigo tem por objetivo tecer discussões em torno da promoção de alunos do Jardim de Infância do Grupo Escolar Barão de Ceará-Mirim a partir da problemática da construção do arquivo escolar. Para tanto analisamos os registros contidos no único livro de atas específico dessa etapa escolar da referida instituição encontrado no arquivo escolar originado do Grupo Escolar Barão de Ceará-Mirim. Mais especificamente nos detemos à primeira parte do Livro de atas do Jardim de Infância, que data entre os anos de 1956 e 1961 e onde também encontramos registros de promoções de alunos. Nos fundamentamos na perspectiva da História Cultural a partir de Pesavento (2007) inspirados a identificar os sentidos partilhados pelos sujeitos e representados nesses escritos. Metodologicamente nos pautamos nos pressupostos de Le Goff (1990) no que se refere à análise do documento considerando o seu processo de produção e interpretação. Por fim apresentamos diferentes aspectos relativos à tal prática administrativo-pedagógica do Jardim de Infância da instituição em tela e como esses evidenciam marcas e vontades de memória da instituição.

Palavras-chave: Grupo escolar, Arquivo escolar, Promoção de alunos, Normalização, Infância.

ELEMENTOS INTRODUTÓRIOS E TEÓRICOS DA PESQUISA

A gestação de arquivos escolares é de fato parte inerente da cultura escolar de qualquer estabelecimento de ensino. Registrar eventos ocorridos, atividades, planejamentos, armazenar mensagens trocadas entre a escola e outros órgãos e estabelecimentos de ensino constituía também uma constante tarefa dos Grupos Escolares brasileiros. O que por sua vez acaba por constituir arquivos. Portanto, pensar sobre a gestação de arquivos escolares é

¹ Pesquisa realizada sob financiamento da CAPES.

² Mestre e Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte- UFRN, iurygabrielufm@gmail.com;

³ Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte- UFRN, cpa.basilio94@gmail.com;

para se pensar sobre parte da cultura escolar de uma instituição de ensino, visto que esta se constitui de

[...] práticas e comportamentos, modos de vida, hábitos e ritos - a história diária das atividades escolares -, objetos materiais - função, uso, distribuição no espaço, materialidade física, simbolismo, introdução, transformação, desaparecimento... - e formas de pensar, assim como significados e ideias compartilhadas. Alguém dirá: tudo. E sim, é verdade, a cultura escolar é toda a vida escolar: fatos e ideias, mentes e corpos, objetos e comportamentos, modos de pensar, dizer e fazer (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 68-69, tradução nossa).

Diante do exposto, a busca por um arquivo escolar para a produção da história da educação é vista aqui como uma potencial prática para a compreensão da vida do Grupo Escolar Barão de Ceará-Mirim. Mas especificamente no tocante à promoção de alunos do Jardim de Infância e a prática da produção de acervo escolar proveniente deste momento do ano letivo. O interesse pela busca desse tipo de arquivo ganhou mais força ao percebermos a partir dos estudos de Paula Cruz (2019) que, no que tange à produção acadêmica a nível de pós-graduação *strictu sensu* que em relação as pesquisas sobre Grupos Escolares entre os anos de 2005 a 2017 no Rio Grande do Norte, os arquivos escolares foi uma das categorias de acervos que menos foram utilizadas para consulta de fontes acerca dessas instituições escolares. A autora apontou ainda como elemento de dificuldade a não mais existência desses ou a falta de manutenção desses espaços. Considerando esse pressuposto, de que as fontes dos arquivos escolares são as menos utilizadas e ao mesmo tempo difíceis de serem encontradas, coube pensar sobre o quanto estamos perdendo de possibilidades de análise histórica acerca das instituições escolares pela ausência de estudos dessas potenciais fontes. Mas ao mesmo tempo foi possível enxergar uma possibilidade instigante.

Nesse sentido, consideramos aqui a importância e necessidade de maior exploração dessas possibilidades de acervos. Ampliando então a concepção de que esses espaços são mais que meros repositórios arquivos escolares e sim importantes lugares de memória possíveis de serem investigados e analisados. Visto também que, aqueles ainda existentes, ou resistentes, possam ser explorados e sinalizados para promoção de pesquisas acerca da história da educação no Rio Grande do Norte, diante da potencialidade de informações que possam conter.

Considerando esses apontamentos, selecionamos como o principal espaço de pesquisa e ponto de partida para o encontro com esses documentos o acervo escolar existente na Escola Estadual Barão de Ceará-Mirim. Nesse são encontrados atualmente documentos em processo

provenientes de atividades de registro do Grupo Escolar instalado no Município de Ceará-Mirim/RN ainda durante a Primeira República (Cf. ARAÚJO; STAMATTO, 2019). Nesse espaço um único livro de atas identificado no arquivo escolar da *Escola Estadual Barão de Ceará-Mirim* dedicado exclusivamente ao Jardim de Infância do *Grupo Escolar Barão de Ceará-Mirim*, sendo então selecionado para a análise.

Para tecer discussões em torno da promoção de alunos do Jardim de Infância do Grupo Escolar Barão de Ceará-Mirim a partir da problemática da gestão do seu arquivo escolar deu-se necessário compreender primeiro que os registros escritos, como as atas que hoje temos acesso enquanto historiadores da educação, se tratava de discursos produzidos intencionalmente. Ou seja, foram respostas dos autores que neles cunharam uma vontade de verdade acerca de suas práticas para atender às demandas de seu tempo. Assim, como nos alerta Étienne François (1998), o documento ao ser analisado não deve ser considerado como detentor de uma verdade absoluta ou um acesso direto ao passado, tampouco uma totalidade. Mas sim constitui-se de uma versão, fragmentos, pistas sobre o passado.

Portanto é imprescindível que façamos a crítica às fontes selecionadas para a escrita da história. Para prosseguir na investigação inspiramo-nos ainda em Le Goff (1994, p.545) quando nos explica que “[...] o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”. O que nos ajudou a compreender que escriturar sobre determinados momentos do ciclo de vida escolar denota também considerar que esses eram mais que uma simples atividade administrativa. Por sua vez, sinalizavam sobre a importância que tinham diante das instituições escolares e suas normas.

Constituir um aglomerado documental demonstrava também a necessidade de manter sob uma contínua forma registro “provas” da realização das atividades. Eram exigências das relações de poderes institucionalizados. Logo, eram conjuntos de escritos que passaram a constituir lugares de memória da instituição normalizada. Tais lugares por sua vez “nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais” (NORA, 1993, p.13).

Nesse sentido, problematizar esses registros da memória institucional do Grupo Escolar Barão de Ceará-Mirim foi, portanto, investigar sobre elementos do cotidiano escolar aos quais os sujeitos que o controlavam atribuíam valor pedagógico e administrativo. Assim, foi também possível analisar elementos da história da educação potiguar tomando como fonte

do arquivo do Grupo Escolar em tela. Esses, por sua vez, foram compreendidos como objetos culturais que podem permitir a compreensão de diversos fazeres educativos escolarizados, em sua constituição e que “[...] trazem as marcas da modelação das práticas escolares, quando observados na sua regularidade. Mas portam índices das subversões cotidianas a esse arsenal modelar, quando percebidos em sua diferença” (VIDAL, 2005, p.17).

Mais que isso, aos auspícios da História Cultural, como nos apresenta Sandra Pesavento (2007) foi possível investigar sobre os sentidos que os sujeitos construíam e representavam sobre seu tempo. Sendo assim, a pergunta anteriormente produzida se transmutava e se encorpava com vistas a tentar investigar quais os sentidos que foram construídos e representados no arquivo escolar de promoção de alunos poderíamos destacar. E conscientes do limite do ofício do historiador e das lacunas presentes nas fontes, como nos explica Durval Albuquerque Júnior (2019), iniciamos a pesquisa sabidos de que não encontraríamos uma resposta total para nossas indagações. Entretanto éramos atentos a destacar uma variedade de elementos constitutivos no processo de execução e registro da promoção de alunos do Jardim de Infância do Grupo Escolar Barão de Ceará-Mirim.

Assim, após apresentamos aqui o referencial teórico inspirado na História Cultural e na sequência os percursos metodológicos seguidos na pesquisa. Prosseguimos apresentando nossos resultados e discussões, quando apresentamos as interfaces entre a problemática da construção de arquivos escolares e as promoções de alunos. E também destacamos elementos que os próprios documentos sinalizavam sobre aquele estabelecimento de ensino. Concluimos então que a temática da gestação de arquivos associada à análise de elementos em torno da promoção de alunos se constituiu de um modo de compreender sobre as relações de poder vigentes na época em que aquela instituição esteve ativa. Além de poder identificar características da instituição em torno dos seus funcionários e formas de classificar e avaliar os educandos desde a tenra infância, e compreender sentidos que eram expressos através desses registros.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Por se tratar de um evento oficial da vida do Grupo Escolar Barão de Ceará-Mirim os atos de promoção de alunos do Jardim de Infância eram registrados em formato de atas em um livro dedicado para este fim. Tal documento ficou armazenado no arquivo daquela

até os dias atuais no mesmo prédio, onde atualmente funciona a Escola Estadual Barão de Ceará-Mirim. Acessando o referido arquivo escolar, tomamos como medida de preservação do documento durante a pesquisa o processo de digitalização do *Livro de atas do Jardim de Infância do Grupo Escolar Barão de Ceará-Mirim*, uma escolha tomada para minimizar o manuseio excessivo que, por sua vez, poderia gerar degradação ao documento. Tal abordagem também possibilitou um processo virtual de “esquadrinhamento” do documento com vista a atender aos objetivos da pesquisa. Uma vez digitalizado o documento pôde ser transfigurado no sentido de alimentar o desejo de seleção, escolha, recolha e registro relativo ao objeto de pesquisa, tornando-o digno de citação (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019). São esses atos do ofício do historiador.

A principal categoria de análise determinada para este trabalho foi a promoção de alunos. Assim destacamos as atas que correspondiam ao interstício entre os anos de 1956 e 1961 e que tratavam dos eventos de promoção de alunos do Jardim de Infância. Recorte temporal que também correspondeu a toda a primeira parte do livro ora analisado. Identificamos também uma lacuna no documento após o ano de 1961, estavam suprimidos os anos 1912, 1963 e 1964. O livro retoma uma nova abertura a partir do ano de 1965.

Orientados pelos pressupostos por Jacques Le Goff (1990) passamos a analisar não apenas o conteúdo apresentado no documento e o que eles evidenciavam daquela formalidade escolar. Nos preocupamos ainda em compreender sobre as relações de forças que detinham o poder sobre a instituição e que determinavam a feitura do registro escolar de acordo com as exigências da época (LE GOFF, 1990). Por fim seguimos com a feitura deste texto, ou a criação de um discurso, a última etapa arbitrária da escrita da história conforme Michel de Certeau (1982).

A PROMOÇÃO DE ALUNOS DO JARDIM DE INFÂNCIA E O ARQUIVO ESCOLA

Aos dezoito dias do mês de novembro de mil novecentos e cinquenta e seis, sob a direção da comissão examinadora composta das professoras: Maria de Lourdes de Moura Sobral, Maria Ester de Paiva Marques, Dra. Maria Creuza Soares e Consuelo Soares realizaram as promoções dos alunos do Jardim de Infância [...] (ATA DE PROMOÇÕES DOS ALUNOS DO JARDIM DE INFÂNCIA DO GRUPO ESCOLAR "BARÃO DE CEARÁ-MIRIM", NO ANO LETIVO DE 1956, 1956, p.1).

Desse modo a escritã daquela formalidade escolar dava início ao registro de mais um momento avaliativo do Grupo Escolar Barão de Ceará-Mirim. Possivelmente travava-se de um dos dias mais esperados do ano, ou mesmo de temor, para os alunos do Jardim de Infância

de ensino. Era aquela a hora em que recebiam o veredito anual de promoção ou não promoção, isso significava mudar de turma, despedir-se, ou não, de colegas e das professoras com quem compartilharam anos de sua infância escolarizada.

No período em análise, qual seja entre os anos de 1956 até 1961, o Jardim de Infância do referido Grupo Escolar era composto por três períodos (1º, 2º e 3º) cada um deles sob a responsabilidade de uma docente, que poderia alternar ano ou outro. Todos ao três períodos passavam pela avaliação ao fim do ano letivo, em geral no mês de novembro. Naquele dia, como nos anos seguintes, os alunos eram avaliados por uma comissão compostas pelas próprias professoras, e que deveriam atribuir uma nota para cada aluno, que seria o seu resultado final.

A documentação analisada não nos apresentou muitos detalhes sobre as atividades ou procedimentos de avaliação. O que demonstrava uma intenção de objetividade na confecção do registro com foco no registro de dados como as notas de alunos. De modo sucinto as escritãs na época detinham seu foco na escrituração dos resultados obtidos pelos escolares em seus exames finais. No aspecto quantitativo, no que se refere à categoria de análise, entre os anos de 1956 a 1961 a Promoção de alunos foi o tema mais recorrente no Livro do Jardim de Infância do Grupo Escolar Barão de Ceará-Mirim. Foram notariados um número de 6 atas especialmente dedicadas ao registro da realização desse tipo de atividade. O que pode ser explicado, conforme Nora (1993), que ocorria por ser uma atividade intencional, e não natural que partia do desejo de se construir memórias dobre o acontecido.

Após apresentar as examinadoras que iriam participar do evento de promoção de alunos, a escritã do registro, que poderia ser a secretária da ocasião, diretora ou outra professora, listava ordenadamente por período/turma os resultados obtidos pelas crianças examinadas. Havia diferentes maneiras de escriturar este momento, em geral elas apresentavam os resultados listando os alunos conforme a sua nota, que poderia variar entre 10 e 6. No que se refere às notas era menos comum encontrar crianças com nota 10. Como também não foram encontrados registros sobre crianças com notas abaixo de 6 entre os promovidos, em nenhum dos anos. Este dado indicava que os alunos enquadrados com notas abaixo de 6 eram aqueles não promovidos. Vejamos abaixo como ocorria essa classificação por nota.

Quadro 1 – Forma de classificação dos alunos por nota

Período	Resultado	nota
1956-1960	Promovido com distinção	10



	Promovido plenamente	8 ou 9
	Promovido Simplesmente	7 ou 6
1961	Promovidos	Não apresentou nota.

Fonte: Quadro elaborado a partir das atas de promoções de alunos do Jardim de Infância do Grupo Escolar "Barão de Ceará-Mirim" (1956; 1957; 1958; 1960; 1961).

Dessa forma a avaliação escolar se tornava uma arte de classificar os escolares por sua média de sucesso ou de insucesso que deveria ser evidenciado por uma nota atribuída a um exame. E ainda que esse fosse individual, o resultado de cada aluno passaria a compor dados de um coletivo. Mesmo assim, os exames apresentavam ser ainda “um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir”, como enfatizado em Michel Foucault (2014, p.181). Se fazia necessário fazer-se ver o sucesso de alguns escolares para que servissem de exemplo aos demais, em detrimento ao fracasso de outros escolares com notas menores que culminavam na consequência da repetição da série.

Destacamos ainda do livro o aspecto da supressão do nome e nota dos alunos não promovidos das listagens escolares. Conforme explicam Silva e Silva (2015), a explicitação do nome dos professores ligados aos resultados dos alunos na feitura do documento era uma maneira de emitir uma ideia de sucesso de suas práticas. O que nos levou a pensar que seria então listar o nome dos não promovidos uma forma de constatar mais detalhadamente o seu “fracasso” docente.

Foi possível considerar também que, para além da construção de memórias, para o Grupo Escolar as suas práticas de escrituração se davam importantes ainda pela necessidade da efetivação de registros como elemento comprobatório da realização de tal atividade na instituição escolar. Ou seja, para as servir às regras e relações de poder que induziram a construção de uma espécie de testemunho formal da realização da promoção de alunos para qualquer eventual necessidade fiscalizadora. As atas redigidas nos grupos escolares serviram como meio de prestação de realização das atividades aos órgãos estaduais de fiscalização, quem regulava regimentos internos e legislações para a educação e determinava necessidades de produção e apresentação de cópia de documentos (ARAÚJO e SOARES JÚNIOR, 2019).

Enquanto parte da cultura escrita institucionalizada, constituir arquivos era uma continuidade que perdurava desde a instalação da instituição ainda na Primeira República (Cf. ARAÚJO, 2021). Mas vale lembrar que com as necessidades ao longo do tempo foram perdendo seu caráter descritivo e tornando-se mais pontuais, suscintos e objetivos (CRUZ, 2018).

Faria Filho (1998) também corrobora para a explicação desse ato por nos explicar sobre o que denominou de momento de realização da legislação, ou seja a sua apropriação pelos profissionais. Para o autor a lei é estabelecadora da criação de produtos, artefatos, documentos que podem servir de fontes de pesquisa. Como os registros de atas do Jardim de Infância do Grupo Escolar ora em discussão. Vejamos que a própria legislação educacional nacional determinava que os estabelecimentos de ensino deveria compor um sistema nacional. Mais que isso, os órgãos estaduais deveriam estabelecer um tipo de órgão técnico central para os processos de direção, orientação e fiscalização (BRASIL, 1946). Diante disso era necessário a criação desses instrumentos de memória, de registros comprobatórios para alimentar os dados institucionais do sistema e para a manutenção do próprio estabelecimento de ensino. Assim as professoras cunhavam atas de promoções que atendessem as demandas que lhes eram exigidas à época.

PROFESSORAS, EXAMIADORAS, SECRETÁRIAS E DIRETORAS: ESCRIVÃS DO ARQUIVO ESCOLAR

Ao debruçarmo-nos sobre o Livro de atas do Jardim de Infância do Grupo Escolar Barão de Ceará-Mirim, identificamos também em diversos momentos do registo a predominância, senão a totalidade, da presença de mulheres. Elas desenvolviam as atividades de promoções de alunos produziam os próprios registros. Vejamos no quadro abaixo a apresentação desses dados.

Quadro 2 – Professoras atuantes nas promoções de alunos (1956-1961)

Ano	Função	Nome
1956	Examinadora	Maria de Lourdes de Moura Sobral
		Maria Ester de Paiva Marques
		Maria Creuza Soares
		Consuelo Soares
	Diretora	Clotilde Guedes de Macedo
1957	Examinadora	Maria de Lourdes de Moura Sobral
		Maria Ester de Paiva Marques
		Maria Creuza Soares
	Diretora	Clotilde Guedes de Macedo
1958	Professora	Maria Ester de Paiva Marques
		Maria Creuza Soares

	Diretora	Maria Anita de Lima
1960	Examinadora	Maria de Lourdes de Moura Sobral
		Maria Anita de Lima
		Maria Ester de Paiva Marques
	Escrivã	Genilva Cabral Brandão
1961	Professora	Maria de Lourdes de Moura Sobral
		Marta Alves campos de Oliveira
		Maria Anita de Lima
	Secretária	Maria da Conceição Campos de Oliveira
	Diretora	Francisca Dalva Feitosa

Fonte: Quadro elaborado a partir das atas de promoções de alunos do Jardim de Infância do Grupo Escolar "Barão de Ceará-Mirim" (1956; 1957; 1958; 1960; 1961).

Como visto no quadro acima, nos anos investigados (1956-1961), a presença feminina estava disposta em todos os cargos do Grupo Escolar. O que nos possibilitou pensar sobre a inserção feminina em espaços de cargos anterior e majoritariamente masculinos (Cf. AQUINO, 2007; LOURO, 2017).

Historicamente, no Brasil o magistério se tornou trabalho de mulher no inicialmente no século XIX com a criação da Escola Normal (1835, em Niterói). No Rio Grande do Norte algumas experiências foram realizadas (primeira, 1874; segunda 1890), contudo ambas não permaneceram muitos anos aberta. Já no século XX, iniciando através do Decreto nº 178, de 29 de abril de 1908 (durante o governo de Alberto Maranhão) um plano de expansão da educação escolar primária com a edificação de uma rede de grupos escolares nas sedes dos municípios, o restabelecimento da Diretoria-Geral da Instrução Pública, assim como a abertura da Escola Normal de Natal (sendo matriculadas em sua maioria por moças), sendo esta referência no Estado.

A expansão dessa modalidade de escola ocorreu para outros municípios, tais como Nova Cruz, Ceará-Mirim, Pau dos Ferros, Martins, Apodi, Florânia, Alexandria, Angicos, Assú, Macau e Mossoró, como visto saindo da capital potiguar (Natal) e para “[...] os recônditos mais longínquos norte-rio-grandense, sendo, naquelas comunidades, os portadores do anúncio dos tempos modernos, do progresso em fluxo permanente” (AQUINO, 2007, p. 59).

Dessa forma, Aquino (2007) determina o período de 1946 a 1964 dito como “democratização política, econômica e cultural” em que se retoma ideais iniciados tanto nos períodos de 1907 a 1930 (Primeira República), 1931 a 1945 (Era Vargas). Via-se na educação uma maneira de democratizar o acesso para todos, em especial para as mulheres, pois



[...] a predominância destas no exercício do magistério primário e, a partir da década de 1950, nos cargos de comando no sistema educacional. Portanto, um cenário barulhento, emissor de múltiplos sons, todos eles, porém afinados na composição de uma única partitura” (AQUINO, 2007, p. 56-57).

Em suma, é nessa perspectiva que as mulheres, como as professoras do Grupo Escolar Barão de Ceará-Mirim vivenciam a expansão do magistério, assim como a sua feminização abrangendo o que Aquino defende como “cargos de comando” em instituições escolares oficializadas nesses cargos que quebram o status quo social em que estavam inseridas durante muitos anos, assumindo cargos, tais como: Examinadora, Diretora, Escrivã, Secretária Professora. Elas galgaram seus espaços através da educação e esforço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar pesquisas sobre Grupos Escolares no Estado do Rio Grande do Norte a partir do encontro com os arquivos escolares que reúnem e salvaguardam os registros notariados a partir da vida passada dessas instituições é de fato um desafio. Embora o número de estabelecimentos de ensino sejam crescentes e constantes ao longo da história do Rio Grande do Norte, as práticas de conservação dos seus arquivos parecem não acompanhar tal constatação, sendo muitas vezes ignoradas, o que interfere diretamente no trabalho do historiador da Educação.

Ao mesmo tempo compreender as nuances entre a promoção de alunos e a gestão de arquivos escolares nos apresentou ser uma possibilidade de estudos sobre os Grupos Escolares. Na medida em que eram produzidos também apresentavam dados sobre o cotidiano da instituição, sobre seu funcionalismo e relações de poder que gestavam as formas de fazer e agir dentro do estabelecimento de ensino.

Ademais aponta para a busca de mais investigações sobre os processos avaliadores das crianças escolarizadas. E deixa nítido que ainda há muito o que se investigar sobre os exames escolares ao longo que ocorriam com as crianças ao longo território potiguar nos diferentes estabelecimentos escolares e períodos da história.

AGRADECIMENTOS

Registramos aqui nossos agradecimentos à Escola Estadual Barão de Ceará-Mirim por manter arquivado e preservado, mesmo diante das limitações institucionais e



significativa dos registros do Grupo Escolar que lhe deu origem e que possibilitou a feitura desta pesquisa. Agradecemos ainda aos recursos da CAPES destinados ao financiamento da pesquisa. Reforçamos que estes são cruciais e imprescindíveis para o desenvolvimento de pesquisas dedicadas à educação e à história da educação potiguar.

REFERÊNCIAS

Fontes

ATA DE ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS DO JARDIM DE INFÂNCIA DO GRUPO ESCOLAR “BARÃO DE CEARÁ-MIRIM”, no ano letivo de 1958, 1958, Ceará-Mirim. **Livro de atas do Jardim de Infância do Grupo Escolar "Barão de Ceará-Mirim"** [...]. [S. l.]: Grupo Escolar Barão de Ceará-Mirim, 1958.

ATA DE ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS DO JARDIM DE INFÂNCIA DO GRUPO ESCOLAR “BARÃO DE CEARÁ-MIRIM”, no ano letivo de 1961, 1961, Ceará-Mirim. **Livro de atas do Jardim de Infância do Grupo Escolar "Barão de Ceará-Mirim"** [...]. [S. l.]: Grupo Escolar Barão de Ceará-Mirim, 1961.

ATA DE PROMOÇÕES DOS ALUNOS DO JARDIM DE INFÂNCIA DO GRUPO ESCOLAR "BARÃO DE CEARÁ-MIRIM", NO ANO LETIVO DE 1956, 1956, Ceará-Mirim. **Livro de atas do Jardim de Infância do Grupo Escolar "Barão de Ceará-Mirim"** [...]. [S. l.]: Grupo Escolar Barão de Ceará-Mirim, 1956.

ATA DE PROMOÇÕES DOS ALUNOS DO JARDIM DE INFÂNCIA DO GRUPO ESCOLAR "BARÃO DE CEARÁ-MIRIM", NO ANO LETIVO DE 1957, 1957, Ceará-Mirim. **Livro de atas do Jardim de Infância do Grupo Escolar "Barão de Ceará-Mirim"** [...]. [S. l.]: Grupo Escolar Barão de Ceará-Mirim, 1957.

ATA DE PROMOÇÕES DOS ALUNOS DO JARDIM DE INFÂNCIA DO GRUPO ESCOLAR "BARÃO DE CEARÁ-MIRIM", NO ANO LETIVO DE 1960, 1960, Ceará-Mirim. **Livro de atas do Jardim de Infância do Grupo Escolar "Barão de Ceará-Mirim"** [...]. [S. l.]: Grupo Escolar Barão de Ceará-Mirim, 1960.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto nº 178, de 29 de abril de 1908. Restabelece a Diretoria da Instrução Pública, cria Escola Normal, Grupo Escolares e escolas mistas e dá outras providencias. **Atos legislativos e decretos do governo (1908-1909)**. Natal: Typographia d'A República, 1909.

Bibliografia

AQUINO, Luciene Chaves de. **De Escola Normal de Natal a Instituto de Educação de Presidente a Kennedy (1950-1965): configurações, limites e possibilidades da formação docente**. 2007. 263 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.



ARAÚJO, I. G. A. de; SOARES JÚNIOR, A. dos S. As visitas ao Grupo Escolar Felipe Camarão (1918-1946): das observações e críticas às intervenções dos inspetores de ensino. In. **Anais VI CONEDU**. V. 1, 2019. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/resumo.php?idtrabalho=1216>. Acesso em: 20 set. 2021.

ARAÚJO, I. G. A. de; STAMATTO, M. I. S. Educação em Ceará-Mirim: uma trajetória histórica. In. **Revista Brasileira de Iniciação Científica**. Itapetinga: v.6, n.1, jan./mar. p. 47-50, 2019.

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CRUZ, Paula Lorena Cavalcante Albano da. **Da suntuosidade à funcionalidade: Grupo Escolar Barão de Mipibu (1909-1971)**. 2018. 208f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

CRUZ, Paula Lorena Cavalcante Albano da. Grupos escolares no Rio Grande do Norte: mapeamento de estudos sobre a escola primária. In. **Revista Hipótese**, v. 5, n. único, 2019.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org). **Educação, modernidade e civilização**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998, p. 89-125.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. Priore, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2017.

NORA, Pierre. **Entre memória e História: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

PESAVENTO, Sandra. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autentica, 2007.

SILVA, C. R. C. da; SILVA, V. L. G. da. O aluno sob medida: como a escola registra seus alunos?. **Cadernos de História da Educação**, v. 14, n. 1, 2 nov. 2015.

VIÑAO FRAGO, A. Historia de la educación y historia cultural. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.0, p. 63-82, set./dez.1995.